

INTERVALO ANALITICO

O OUTRO



Quando corríamos na praia até que a exaustão chegasse ou até que o sol se pusesse, 2024.
© Beatriz Leão.

MATÉRIA DA CAPA

"Cunhado não é parente"

"A afinidade potencial que a designação do outro como cunhado traz tem, então, a ver com uma teoria de diferença enquanto fundamento da relação." (Liana Albernaz)

Figuras da alteridade

"Esse outro é o 'Nebenmensch', termo que pode ser traduzido como "próximo" ou, mais literalmente, "o que está ao lado". Nem acima, nem abaixo; ao lado." (Daniel Kupermann)

Por Liana Albernaz e Daniel Kupermann
Páginas 3 e 4

FAZENDO PARTE DA PSICANÁLISE

Refugiados: o exílio do outro

"...o sujeito traumatizado... se defronta com a face obscena do Outro, uma perda do laço identificatório com o semelhante..."

Por Carlos Pires Leal
páginas 6 e 7

PSICANÁLISE & CIA

André Trigueiro

"Portanto, a crise climática é basicamente o resultado da queima de combustíveis fósseis, carvão mineral, petróleo e gás. Penso que isso somos nós, são nossas escolhas."

Por Sandra Gonzaga
páginas 10 e 11

DIVAGAR É PRECISO

Racismo e antissemitismo

"O racismo permanece e o antissemitismo retornou forte das profundezas onde se encontrava silente."

Por Bernard Miodownik
página 12



“Eu é um outro”

O termo *Doppelgänger*, cunhado no século XVIII pelo escritor romântico alemão Jean Paul, significa literalmente “aquele que caminha ao lado, o companheiro de estrada”. Desde então, a experiência em que um sujeito se vê acompanhado, quando não perseguido, por um sócio ou por um duplo de si mesmo que lhe causa uma inquietante estranheza, foi representada na literatura sob diferentes formas. Desde Aristóteles, o tema interessou aos filósofos, escritores, poetas e artistas, e depois aos psicanalistas. Poe, Maupassant, Dostoiévski, Borges, Wilde... Todos viram no Outro muito mais do que o Um. E foi assim que Cortázar viu seu duplo irromper numa rua tranquila.

Naturalmente, o tema não escaparia ao olhar de Freud, que lhe consagrou o ensaio *O inquietante* (1919), também traduzido como *O estranho*. O *Unheimliche* é justamente esse estranho familiar, cuja impressão assustadora “remonta ao que é há muito conhecido, ao bastante familiar”. Mas, afinal, quem é esse outro, situado dentro ou fora de nós, que mais desvemos do que propriamente vemos?

Na coluna *Na SBPRJ*, Teresa Naylor Rocha e Sônia Verjovsky, coordenadoras do *Projeto Travessia*, numa entrevista curta, mas vigorosa, ao falarem sobre o projeto para uma práxis ampliada da Psicanálise, nos revelam como essa estranheza está dentro de nós mesmos. Comentam também sobre os desafios da instituição para oferecer, além da formação clí-

nica rigorosa, experiências institucionais que não se enquadrem no modelo tradicional, mas que visam “ao desenvolvimento do pensamento clínico e à escuta aberta à singularidade do outro”.

Nosso convidado Daniel Kupermann, professor do Instituto de Psicologia da USP e membro do *board* da *International Sándor Ferenczi Network*, nos mostra na matéria de capa como esse outro tem muitos nomes, desdobrando-se nas figuras do *Nebenmensch*, ou seja, do outro cuidador primário, passando pela do agressor até a do analista confiável. Liana Albernaz, membro efetivo, comenta como os modelos de alteridade, determinando sociologias distintas, incidem ora como diferença na constituição do outro, do estranho, ora como duplicação do mesmo, imagem especular.

Em *Fazendo Parte da Psicanálise*, o membro efetivo Carlos Pires Leal chama a atenção para como o tema do refúgio, como experiência emocional, teve lugar tardiamente na literatura psicanalítica. Ele nos apresenta reflexões extraídas dos trabalhos de dois autores, um norte-americano de origem cipriota turca e uma brasileira, que se dedicaram ao estudo do trauma e do luto nos refugiados, e os desafios do manejo clínico nessa população.

Na *Coluna do Instituto*, Admar Horn, membro efetivo da SBPRJ e presidente do recém-criado IPSO-BRASIL, nos fala sobre “a arte de conversar” em Psicanálise, trazendo sua expe-

riência com o psicodrama psicanalítico e o papel deste como uma práxis que favoreceria a intrincação pulsional nos pacientes psicossomáticos. No *Espaço dos Membros Provisórios e dos Alunos em formação*, Danielle Grynspan, membro provisório, fala sobre como a condição do *diferente* instala o lugar da alteridade e como a Psicanálise serve para “manter os caminhos abertos para pensar com outros, de um lugar estranho”.

Em *Psicanálise & Cia*, a editora Sandra Gonzaga e Silva entrevista o jornalista especializado em jornalismo ambiental André Trigueiro numa rica troca sobre sua trajetória profissional, as questões climáticas, o desastre ambiental no Rio Grande do Sul, o ponto de não retorno da Amazônia, a desmentida da população, que insiste no negacionismo climático, culminando com uma reflexão sobre o suicídio, aliás, tema de um dos seus livros.

E fechando esta edição, uma resenha do membro efetivo Bernard Miodownik sobre *Racismo e Antissemitismo*, de Leo Spitzer, um livro de 1989, mas publicado aqui somente em 2023, que analisa as trajetórias de Stefan Zweig, André Rebouças e Joseph May, três sujeitos que ficaram marcados por suas origens como o “outro diferente excluído” e o impacto que essa incidência subjetiva teve em suas vidas e nos destinos trágicos de cada um deles. Boa leitura!

// Tiago Mussi

tiagofrancoh@gmail.com



Sociedade Brasileira
de Psicanálise do
Rio de Janeiro

Filiada à Febrapsi, Fepal e IPA
sbprj.org.br

Siga-nos e se inscreva em nosso canal:



@SBPRJ



@sbprjoficial



@CanaldevídeosSBPRJ

INTERVALO ANALÍTICO

Editora: Sandra Gonzaga e Silva / **Coeditor:** Tiago Mussi / **Colaboradores do Intervalo Analítico:** Carlos Pires Leal, Danielle Grynspan, Luiz Fernando Gallego, Maria Noel Brena Sertã, Wania Cidade / **Projeto Gráfico:** Fantastico Studio di Design / **Editoreção:** Celyne Maués / **Revisão Ortográfica:** Lucas Paiva
As opiniões dos autores das matérias são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem, necessariamente, as dos editores da publicação.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO – CONSELHO DIRETOR 2023-2024

Presidente: Ruth Naidin; **Vice-Presidente:** Miguel Calmon; **1ª Secretária:** Adriana Lasalvia; **2ª Secretária:** Magda Rodrigues Costa; **1ª Tesoureira:** Gabriela Pszczol Krebs; **2ª Tesoureira:** Clara Sauberman / **Instituto de Formação Psicanalítica:** Ana Sabrosa (Diretora), Bernard Miodownik (Vice-Diretor), Nazli Faraj Sasson (Secretária) / **Conselho Científico:** Leticia Tavares Neves (Diretora), Marina Magalhães Miranda (Secretária) / **Conselho Profissional:** Margaret Waddington Binder (Diretora), Wania Peçanha de Oliveira (Secretária) / **Clínica Social:** Mônica Taunay (Diretora), Renata Martinelli (Secretária) / **Centro de Estudos Psicanalíticos:** Haydée Côrtes de Barros S. Pina Rodrigues (Diretora), Rebecca Nonato Machado (Secretária) / **Departamento de Publicação e Divulgação:** Maria Fernanda Borges Rossi (Diretora), Indira Stevanato (Secretária) / **Departamento de Difusão da Psicanálise:** Michelle Gorin Zaidhaft (Diretora), Lucia Moret (Secretária) / **Departamento de Comunidade e Cultura (DCC):** Sonia Verjovsky (Diretora), Maria Teresa Naylor Rocha (Secretária) / **Site:** Carlos Pires Leal



Três perguntas para o Departamento de Comunidade e Cultura

Teresa Rocha e Sônia Verjovsky, coordenadoras do Projeto Travessia, justificam a necessidade de uma prática psicanalítica fora do modelo clássico e fazem planos para uma experiência clínica supervisionada além dos divãs.

1 - Qual o sentido em termos um Departamento de Comunidade e Cultura na SBPRJ?

A tendência atual de haver um Departamento de Comunidade e Cultura (DCC) nas instituições psicanalíticas atende à necessidade de agrupar as diferentes práticas que se apresentam como alternativas de assistência às demandas sociais e adoecimentos contemporâneos. Fora do modelo clássico, são práticas que expandem o acesso psicanalítico à população em geral e, por outro lado, fazem trabalhar os conceitos e investiram novas formas do fazer psicanalítico.

A história do DCC na SBPRJ nos remete à criação do Programa de Psicanálise e Interface Social/PROPIS em 2006. Lá, um grupo de colegas organizou esse primeiro espaço institucional para os sete projetos então realizados por meio de diferentes metodologias e em territórios distintos. Destes, somente o Travessia e o Perguntar e Pensar ainda se encontram ativos. Mesmo com as mudanças ocorridas ao longo desses anos, mantiveram seus objetivos; o primeiro, de fornecer assistência à população socialmente excluída da cidade do Rio de Janeiro; e o segundo, de difusão radiofônica de cuidados primários.

A missão do nosso DCC é se manter como espaço de referência para alojar as variadas experiências clínicas que possam alimentar a permanente investigação teórica e técnica, fazendo da formação e da própria Psicanálise um corpo vivo em transformação.

Para tanto, ainda nos falta criar condições institucionais de apoio financeiro para a continuidade das iniciativas já existentes, assim como para as que possam vir a ser desenvolvidas.

2 - Por que o trabalho *off the couch* é importante na formação psicanalítica hoje?

O dispositivo criado por Freud, de Psicanálise individual de poltrona e de divã, mantém-se como modelo padrão privilegiado nas instituições e institutos de formação psicanalíticas. No entanto, Freud já chamava

atenção para seus limites e sua manutenção se deveu a uma escolha política do movimento psicanalítico após a Segunda Guerra. Ainda em Viena, muitas “ousadias” foram realizadas para dar conta do adoecimento de crianças, dos casos difíceis/psicoses, para acolher os desafios da educação etc. Essas práticas despertavam grande debate, mas ninguém colocava em dúvida a natureza do rigor psicanalítico.

Na América Latina, podemos pensar que sofremos e ganhamos por nos encontrarmos na periferia econômica e de produção de conhecimento. Aqui, a influência dos pioneiros psicanalistas que chegaram exilados pelas atrocidades nazistas nos deu, para além da opressão que carregavam, modelos de pensar e fazer Psicanálise que refletiam o vigor criativo e libertário do pensamento freudiano – certo que, por décadas, essas práticas sofreram com o pouco prestígio, mas, apesar disso, sobreviveram.

Hoje, será difícil sustentar a produção de conhecimento psicanalítico que não contenha uma visão transdisciplinar com sua multiplicidade de ângulos de abordagem. O que nos cabe como psicanalistas é saber que a constituição da subjetividade e suas patologias se encontra na encruzilhada dos aspectos transdisciplinares. Fora disso, corremos o risco de reforçar e naturalizar visões preconceituosas e excludentes.

Considerando que a Psicanálise nos chegou na franja do processo de colonização, este produziu reflexos nas teorias e práticas psicanalíticas que seguimos e realizamos. Esta mentalidade até hoje se infiltra em nossas instituições, influencia nosso modelo de transmissão nos Institutos de Formação, define o programa e as teorias que privilegiamos, muitas vezes não havendo articulação com as questões contemporâneas, por exemplo, de gênero, de novas constituições familiares etc.

Ainda como reflexo, nos acostumamos a pensar a Psicanálise como prática para poucos, desenvolvida no conforto de consultórios privados. Entre nós, as práticas alter-

nativas ao modelo clássico sofreram com a frequente pecha de não serem Psicanálise, de serem somente intervenções de importância social ou mesmo de serem Psicanálise de baixa qualidade oferecida aos pobres. Incluir no modelo atual de formação psicanalítica práticas clínicas supervisionadas em enquadres variados possibilita conceber a formação como espaço de reflexão que possa desalojar os preconceitos de gênero, de classe e étnico, naturalizados culturalmente e que se encontram presentes nas concepções excludentes e práticas racistas. Possibilita ampliar as condições de internalização do pensamento clínico e da escuta psicanalítica proveniente de algum sofrimento psíquico onde quer que haja demanda.

Podemos afirmar que as clínicas *off the couch* nos forçam a rever nossas “certezas” quanto à natureza das variadas subjetividades e das formas de adoecimento. Essas práticas expõem, no limite, os aportes teóricos e técnicos para serem questionados ou reafirmados.

Por conta disso, consideramos que a experiência dos 20 anos do Travessia pode ser pensada como uma forma de pesquisa útil à prática clínica e à formação psicanalítica. Nossa trajetória nos levou a revisitar os conceitos de trauma individual, coletivo e transgeracional; nos fez reafirmar a estabilidade do *setting* como função interna do analista, colocando no limite a neutralidade, posição, manejos e meios de intervenção e de interpretação; nos fez reforçar a importância da escuta polifônica, das relações objetivas e do ambiente na construção das subjetividades.

3 - Qual a contribuição que o Projeto Travessia pode trazer à SBPRJ para que essa forma de pensar a Psicanálise, essa *práxis*, possa ser efetivamente integrada à cultura e à política institucionais?

Para responder a essa questão, devemos partir de um aspecto muito relevante que faz parte do ideário de nossa instituição, qual seja: a de formação de psicanalistas

clínicos. O conjunto de dispositivos pensado, sejam eles para o estudo teórico, seja para o desenvolvimento das condições de exercício profissional, está endereçado ao propósito clínico, certo que nesse processo de formação a prática supervisionada no modelo clássico de alta frequência e a análise pessoal são fundamentais. No entanto, as práticas psicanalíticas fora do padrão e em territórios institucionais, podem ser preciosas coadjuvantes à formação visando ao desenvolvimento do pensamento clínico e à escuta aberta à singularidade do outro. Só temos a ganhar, em conjunto com as do *setting* clássico, fomentando o exercício de outras práticas supervisionadas psicanaliticamente. Isso posto, oferecer um curso prático/teórico, tendo essas vivências clínicas no Tra-

vessia como lugar de aprendizado, nos é caro. E pensamos nessa possibilidade ser efetivada, a partir do próximo semestre letivo, como uma experiência clínica supervisionada. Para que essa práxis se integre e emerja como uma realização, somente uma andorinha não trará grandes transformações, mas poderá servir de base ao debate para uma formação psicanalítica aberta à diversidade, articulada com outros saberes e inspiradora para a realização de outros projetos diante das muitas urgências às demandas sociais existentes. Quem sabe assim a Psicanálise *off the couch* possa vir a ocupar outros lugares em nossa instituição. Para tanto, será necessária uma ação específica: o chamamento ao amplo debate sobre

se queremos formar na SBPRJ psicanalistas com uma longa e robusta experiência num *setting* tradicional ou, se além dessa importante formação, queremos dar condições para que eles também possam atuar em quadros nos quais hoje somos constantemente chamados e cobrados nas instituições e nos setores diversos da sociedade civil. Essa nos parece ser atualmente uma das tensões provenientes do interior do nosso corpo societário: que psicanalista, diante do mundo contemporâneo, estamos formando?

// **Maria Teresa Naylor Rocha**
 mteresanaylorrocha@gmail.com
Sônia Verjovsky
 sonia.verjovsky@gmail.com

MATÉRIA DA CAPA

“Cunhado não é parente”



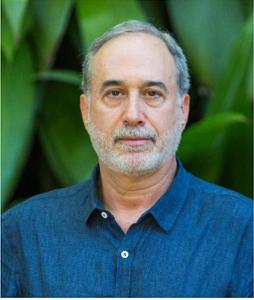
No início de 1964, antes do golpe militar, quando ainda se acreditava que haveria eleições presidenciais em 65, Leonel Brizola, gaúcho de Carazinho, ex-prefeito de Porto Alegre e ex-governador do Rio Grande do Sul, casado com a irmã de João Goulart, iniciou sua campanha presidencial. A legislação proibia que parentes do presidente fossem candidatos. Brizola lançou o mote: “Cunhado não é parente”. Talvez Brizola não soubesse, mas este entendimento se alinhava com a sociabilidade indígena brasileira. Cunhado é um conceito-chave para a compreensão da sociabilidade indígena. Para Viveiros de Castro, a teoria lévi-straussiana da troca matrimonial e da interdição do incesto traz implícita essa proposição. Nela, a alteridade antecede a identidade. Quando um índio não sabe como chamar um estrangeiro, ele o chama de “cunhado”. Cunhado é usado como palavra genérica para um não-parente, um outro, com quem se quer ter relações amigáveis ou neutras, mas que permitam a troca, isto é, a relação. Nós usamos “irmão” em contextos em que os índios usam “cunhado”. Nosso modelo da relação social é a fraternidade, isto é, a semelhança. A fraternidade como modelo de relação social traz a ideia de que duas pessoas estão ligadas por estarem na mesma relação com um terceiro termo superior: pai, pátria, religião, ideologia. O irmão, assim, é um duplo, um igual. A igualdade se declina na linguagem da fraternidade. Em contrapartida, ser cunhado significa uma relação diferente com um mesmo termo (irmão/marido). Neste caso, em vez de ser pela semelhança, a relação é pela diferença. O cunhado

“O cunhado é um alguém com quem se troca, ou seja, um oposto e não uma réplica.”

é alguém com quem se troca, ou seja, um oposto e não uma réplica. Essas duas maneiras de conceber a alteridade como diferença na instituição do outro ou como duplicação do mesmo definem duas sociologias divergentes. A afinidade potencial que a designação do outro como cunhado traz tem, então, a ver com uma teoria da diferença enquanto fundamento da relação. Como diferença, ao chamar de cunhado, se cria a possibilidade de troca com o outro, o estranho, o estrangeiro. Como fraternidade, pela igualdade com o irmão, há uma duplicação do mesmo, imagem especular, narcísica. Nosso modelo de relação é a fraternidade; para os indígenas é a afinidade. Quando dizemos “irmão” para um não-parente, e quando o indígena diz “cunhado”, estamos dizendo coisas opostas, mas no mesmo sentido ou, inversamente, coisas semelhantes, mas com sentidos opostos. Os conceitos de relação social são diferentes e, conseqüentemente, são diferentes as subjetividades forjadas nestas matrizes sociais. O que isso nos

pode ensinar? Uma das conseqüências é a sobrevivência na adversidade. Apesar do genocídio iniciado pelos colonizadores e continuado por 500 anos, a população indígena resistiu e resiste. É exemplo da capacidade de resistência humana em tempos difíceis. Tempos difíceis têm sido o que estamos vivendo. Além das catástrofes climáticas, temos crescentes ondas de intolerância e ódio. A tragédia que se abate no Rio Grande do Sul tem sido pródiga em mostrar que, se há os que se solidarizam, há aqueles que saqueiam e, pior, valem-se da propagação de *fake news* exponenciada nas redes sociais para desmentir e negar esforços governamentais e da sociedade civil. A Psicanálise sabe que a psicologia individual é também social. Também sabe que nossas subjetividades tratam o outro, o estranho, como terrorífico, o duplo temido. Contudo, ela nos aponta que, diante do desamparo, é o outro que nos humaniza. Desde o desamparo inicial com o trauma do nascimento até a morte, a alteridade é o que nos possibilita a existência. Somos todos humanos dependentes. A alteridade antecede, assim, a identidade. Seremos capazes de, em tempos difíceis, sairmos das trocas narcísicas e nos relacionarmos como cunhados? Ou ficaremos surdos e cegos para as experiências e modos de relação social daqueles que sobreviveram às quedas do céu?

// **Liana Albernaz de Melo Bastos**
 lianaambastos@gmail.com



Figuras da alteridade

1- O *Nebenmensch*

No *Projeto para uma Psicologia*, de 1895, Freud nos apresenta a figura do outro cuidador primário – condição para o atendimento das necessidades da vida instintiva do recém-nascido – aquele que vai proporcionar a mamada mítica e a “vivência de satisfação” que inaugura o aparelho de memória freudiano. Sua presença possibilita também a inauguração do circuito das pulsões em “apoio” nos instintos; além disso, a “ajuda alheia” oferecida por esse outro cuidador primário ao *infans* – que se encontra dependente e em estado de desamparo – é a responsável pela inserção do sujeito na vida social. Lemos: “Essa via de descarga adquire, assim, a importantíssima função secundária da comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a fonte primordial de todos os motivos morais”. Freud se dedicará nas próximas décadas a demonstrar *pari passu* essa intuição, verdadeiro salto triplo carpado epistemológico.

Esse outro é o “*Nebenmensch*”, termo alemão que pode ser traduzido como o “próximo” ou, mais literalmente, “o que está ao lado”. Nem acima, nem abaixo; ao lado.

Gostaria de propor duas outras vivências inauguradas pelo *Nebenmensch* às quais não se deu a devida atenção: a experimentação afetiva da confiança, uma vez que sua presença torna possível transpor o estado de desamparo sem grandes incidentes; e a experiência do reconhecimento. O reconhecimento, que convoca o *infans* ao pertencimento na comunidade humana, implica a suposição de que, para além da satisfação pulsional, devemos reconhecer a necessidade de gratificação por reconhecimento, como propôs Balint. A clínica psicanalítica é devedora dessas vivências inaugurais, a experimentação básica da confiança e a experiência do reconhecimento.

2- O agressor

Se devemos ao outro nossa existência, ele é também a fonte dos nossos maiores sofrimentos. Nos anos 1930, Sándor Ferenczi recriou uma teoria do circuito do trauma na qual encontramos dois agentes provocadores, ou dois agressores. O primeiro comete a violação da integridade física e psíquica na vítima. No segundo tempo do trauma, o sujeito violado busca um outro em quem confia – um *Nebenmensch* – para auxiliá-lo a produzir sentido para essa vivência disruptiva. O circuito se conclui se esse outro responde com a *Verleugnung*, o *desmentido* que recusa à vítima o reconhecimento da sua dor, promovendo uma angústia de abandono traumática. O que é traumático, portanto, é sobretudo a fratura da experimentação básica da confiança e da experiência do reconhecimento.

3- O analista (confiável)

Só existe analista se algo da confiança e da busca por reconhecimento sobrevive no sujeito em sofrimento, movendo-o no sentido de testemunhar sua dor a um *Nebenmensch* confiável. O analista não pode esquecer que a função que desempenha é devedora do outro cuidador primário. Uma função vitalizadora, portanto. Um analista confiável é aquele que suporta estar próximo, ao lado do sujeito em sofrimento, e que não recusa o impacto do traumático que a clínica psicanalítica lhe impõe. Um masoquista? Não, apenas alguém que, em seu processo de formação, adquiriu a lucidez de saber que nenhum sofrimento humano lhe é estranho.

Referências:

Balint, M. (2014). *A falha básica: aspectos terapêuticos da regressão*. São Paulo: Zagodoni.

Ferenczi, S. (1931). *Análise de crianças com adultos*. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV*. São

Paulo: Martins Fontes, 1992.

Freud, S. (1895). *Projeto de uma Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

Kupermann, D. (2022). *Por que Ferenczi?* 2a. edição. São Paulo: Zagodoni.

// Daniel Kupermann

danielkupermann@gmail.com

Psicanalista, professor livre-docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e pesquisador do CNPq. É presidente do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi e membro do *board* da *International Sándor Ferenczi Network*. É autor de vários artigos publicados em periódicos científicos no Brasil e no exterior e de vários livros, com destaque para o livro *Por que Ferenczi?* (Zagodoni), também publicado na França pela *Les éditions d'Ithaque* e em inglês pela editora Blucher.



Escultura em bronze de Maria Martins. *O Impossível* (1945).

Refugiados: o exílio do outro

Milhões de pessoas mundo afora não podem permanecer nas suas terras, lares ou ambientes. Precisamente, 110 milhões de pessoas (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2023).

Perseguições, violências, violações dos Direitos Humanos, acontecimentos que perturbam gravemente a ordem pública, guerras, eventos climáticos extremos, estão entre os motivos principais da busca de um refúgio.

Desastres relacionados ao clima, como enchentes, secas e desertificação, destroem meios de subsistência, alimentam conflitos e forçam as pessoas a deixarem suas casas.

A tragédia recente no Rio Grande do Sul revela como governos e uma parte da sociedade simplesmente negligenciam e negam sistematicamente a possibilidade de ocorrências como essa, e para elas não se preparam – ainda que os efeitos da Emergência Climática venham se tornando cada vez mais eloquentes. A predação do ambiente, amparada pela cumplicidade dos legisladores, tem contornos de crime com a conivência do Estado.

Os refugiados vivem a experiência da segregação em sua terra de origem. Uma manifestação de violência extrema representada pela intolerância ao reconhecimento do Outro, do diferente-de-mim,

do estranho às minhas lógicas discursivas, subjetivas e culturais.

A busca de um lugar não familiar, estrangeiro, em nome da sobrevivência é o caminho a que se vê forçado, o sujeito rejeitado. É uma ocorrência conhecida nossa, como psicanalistas. Freud seria um imigrante ou um refugiado quando é forçado a deixar às pressas sua Viena para se abrigar em Londres para proteger-se da violência do nazismo? Tantos outros psicanalistas viveram a experiência do que poderia ser considerada uma espécie de diáspora – que marcou fundamentalmente suas vidas e obras.

Curiosamente, o tema do refúgio, como experiência emocional, aparece tardiamente na literatura psicanalítica.

Nesta edição dedicada à alteridade, abrimos um espaço para este tema reconhecendo que ele já deveria estar “fazendo parte da psicanálise” desde sua fundação.

As obras de dois autores que se dedicaram criativamente a essa questão são destacadas aqui: Vamik Volkan (Sociedade Psicanalítica da Virgínia, homenageado em diversas ocasiões ao ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz. Cartas de apoio foram enviadas de 27 países) e a brasileira Miriam Debieux Rosa (professora doutora no Departamento de Psicologia Clínica da USP, onde coordena o Laboratório Psicanálise e Sociedade e o Projeto Migração e Cultura). A experiência traumática vivida pelo refugiado se desenvolve a partir de uma relação: a que diz respeito ao país de origem e aquelas relacionadas às condições de acolhimento por parte do país de destino. Por se tratar de um deslocamento forçado e involuntário, a vivência da perda e do luto são centrais quanto aos impactos traumáticos que geram sobre a subjetividade.



/Foto: Business Insider Australia, 2015.

“A busca de um lugar não familiar, estrangeiro, em nome da sobrevivência é o caminho a que se vê forçado o sujeito rejeitado.”

vidade destes sujeitos. Sua elaboração é problemática, como testemunham os próprios analistas que viveram a experiência do Holocausto. Muitos só foram capazes de escrever mais explicitamente sobre essas experiências anos depois.

Examinando meticulosamente a experiência subjetiva do refugiado, Volkan (*Psycho-analytic Thoughts on the European Refugee Crisis and the Other*, Volkan, D. V. (2017), *Psychoanalytic Review*) nos diz que os impactos emocionais dependem da idade do refugiado, do seu perfil emocional prévio e das circunstâncias que cercaram a saída de sua terra e a forma como são acolhidos pelas nações que os recebem. É frequente a fantasia de que ficaram para trás todas as imagens boas de si e dos objetos e seus vínculos significativos com eles. A experiência de rompimento e descontinuidade é extremamente disruptiva e desagregadora.

No trabalho de luto, caso o refugiado seja capaz de preservar boas lembranças do país de origem (e de se sentir aceito por ele) e for acolhido amorosamente pelo país de destino, poderá experimentar o biculturalismo: uma cultura não excluindo a outra; ambas se integram ao seu psiquismo e identidade.

O mesmo autor, citando o conhecido e profícuo psicanalista indiano Salman Akhtar (ele próprio um migrante), informa que o desafio da adaptação do migrante constitui uma “terceira individuação”, sendo a primeira aquela que ocorre na infância e a segunda na adolescência.

A sensação de culpa de ter conseguido escapar de uma situação ameaçadora adversa e ter deixado amigos e família para trás (algumas vezes sendo assassinados) pode ser um fator complicador da elaboração

do luto pela culpa que a experiência pode trazer – por vezes com um caráter persecutório. Nessas situações, o refugiado pode esperar dos seus hospedeiros intolerância como punição. O luto patológico pode advir.

A geração seguinte daquela que viveu experiência de refugiado pode sofrer repercussões emocionais. O refugiado pode projetar sobre os filhos imagens, fantasias, expectativas (conscientes ou inconscientes) relacionadas às vivências traumáticas que são “empurradas” para dentro da criança sem que elas tenham qualquer noção do contexto em que foram formadas. Por exemplo, um filho de refugiado palestino pode sonhar que, no futuro, será um piloto com a missão de bombardear Israel. Ou vice-versa.

Conceitos teóricos novos podem ser necessários para iluminar a experiência de um refugiado. Volkan criou o conceito de “objeto e fenômeno de ligação” com esta finalidade. Eles se referem a coisas, animais de estimação e até mesmo seres humanos que incorporam representações mentais externalizadas de indivíduos mortos ou perdidos e representações mentais correspondentes de um enlutado. Um relógio quebrado do pai morto torna-se uma imagem fantasiada: o trabalho interno de luto é substituído por uma preocupação contínua e relação com o relógio quebrado... que jamais deve ser consertado.

A segunda autora com obra referida nessa edição do *Fazendo Parte da Psicanálise*, Miriam Debieux Rosa, viveu uma rica experiência de convívio clínico com refugiados. No seu texto *Migrantes, Imigrantes e Refugiados: a clínica do traumático* (Revista Cultura e Extensão, USP, vol. 7, 2012), a autora nos fala sobre os desafios

do manejo clínico dessa população. Eles, inúmeros e específicos. Como princípio geral, buscou-se relançar o sujeito em sua trajetória e história. O esforço da sobrevivência buscava preservar o lugar de testemunho do que havia sido vivido e, também, de alguma forma, manter viva a história de suas famílias.

A *Clínica do Traumático* parte da constatação de que o sujeito traumatizado não é capaz de construir uma resposta metaforizada ou um sintoma por meio do qual possa falar de seu sofrimento e endereçar uma demanda. Ele se defronta com a face obscena do Outro, uma perda do laço identificatório com o semelhante, um abalo narcísico que o lança à angústia e ao desamparo discursivo que desarticulam sua ficção fantasmática e promovem um sem-lugar no discurso.

A autora, de forma contundente e arguta, recupera e rearticula a dimensão social e política da Psicanálise à clínica, iluminando as relações entre sujeito e os modos de construção dos laços sociais. Não é pouca coisa, nesses tempos xenofóbicos e etnocêntricos nos quais, para alguns, o campo das coletividades não deveria fazer parte da Psicanálise, em nome da preservação de um suposto rigor e pureza do saber inaugurado por Freud.

// Carlos Pires Leal

carlospiresleal@gmail.com





Psicanálise contemporânea

Esse texto é uma retrospectiva de alguns tópicos teórico-clínicos da Psicanálise francesa contemporânea, sustentado pelas associações psicanalíticas francesas filiadas à IPA (SPP, APF, SPFR) que embasaram meus conhecimentos.

A partir do ano 2000, quando retornei ao Rio, após ter concluído minha formação psicanalítica na Sociedade de Psicanálise de Paris, me filiei à SBPRJ. Tenho trabalhado nos meus seminários e encontros com os colegas sobre “A Arte de Conversar” nos processos analíticos, na divulgação da Escola de Psicossomática de Paris-Pierre Marty e em algumas trocas com colegas interessados na prática do psicodrama psicanalítico. Adicionalmente, reflexões atuais sobre outros temas, como a originalidade do psicanalista e a própria vitalidade da Psicanálise, bastante explorados pelo americano Thomas H. Ogden, têm orientado a minha prática clínica atual. Podemos permanecer em contato com a nossa maneira de pensar, de

sentir e de responder aos nossos pacientes, o que não nos impede de descobrirmos nosso próprio estilo de trabalho e, sim, de praticar um modo talvez mais vivo, que vai além da compreensão teórica dos fatos, refletindo um espírito clínico singular no trabalho com nossos analisandos e supervisionados.

O estudo da psicossomática psicanalítica do IPSO-PARIS certamente tem sido uma outra fonte de inspiração ao meu ofício, desde a minha volta ao Brasil, com a importante colaboração de outros colegas brasileiros. Após um intenso trabalho na área, recentemente conseguimos criar o Instituto de Psicossomática do Brasil, denominado “IPSO-BRASIL”, filiado à Associação Internacional de Psicossomática Pierre Marty (AIPPM).

O IPSO-BRASIL está constituído por quatro colegas titulares e formadores do IPSO-PARIS: Margaret Binder (IPSO-PARIS e SBPRJ), Eliana Rache (IPSO-PARIS e SBPSP), Diana Tabacof (IPSO-PARIS) e, como atual presidente,

Admar Horn (IPSO-PARIS e SBPRJ). A partir deste ano, estaremos aptos a dar essa formação aos colegas psicanalistas brasileiros interessados nessa prática psicanalítica.

Psicanálise, a arte de conversar: esse é um tema estudado pela colega francesa Marília Aisenstein, que tenho utilizado ao longo de minha atividade profissional. Nesses últimos anos, explorei o referido tema em seminários ministrados a colegas psicanalistas interessados nesse modo de trabalho. A participação e o interesse manifestado me estimularam a aprofundar esse modo de conceber a nossa prática psicanalítica.

Durante a minha formação em psicossomática-psicanalítica, em Paris, participei do primeiro grupo de psicodrama psicanalítico com os pacientes psicossomáticos, dirigido por Marília Aisenstein. À época, Pierre Marty era o presidente do IPSO-PARIS.

À guisa de conclusão, exponho algumas ideias que orientam nossa prática psicodramática com pacientes psicossomáticos, relatadas no livro *Dor e Pensamento* (Marília Aisenstein, 2019). Os pacientes psicossomáticos vivem sua incompletude, em uma intensa excitação, a cada vez que percebem um indivíduo completo – escreveu Michel Fain sobre a incompletude da estruturação edípica. Assim, torna-se possível considerar o psicodrama psicanalítico como uma modalidade terapêutica. preparadora para enfrentar o maior organizador das três fantasias originárias, isto é, o da cena primária. Do ponto de teórico, podemos dizer que o psicodrama instiga a imbricação pulsional. Por um lado, pela introdução da negação e da distância e, por outro, pelo valor de ligação do jogo – que reintroduz a inscrição somática e a liga ao discurso. Como no sonho, o psicodrama talvez possa ser visto como um modelo procedente do jogo das duas pulsões.

// Admar Horn

admar@admarhorn.com.br



Lygia Clark. *Bicho* (escultura em alumínio - 1961).



Por uma empatia das pequenas diferenças

Mais conhecido como dramaturgo, Brecht, forçado ao exílio pelo nazismo, em 1939 escreveu “Mau Tempo para a Poesia”. Na última estrofe, vai levando o leitor a compreender que não eram as belas paisagens dos lugares onde se asilava que o inspiravam a escrever – mas sua condição humana. No poema, uma ironia fina o caracterizou como um resistente, no papel de uma incômoda árvore aleijada que fazia tropeçar os passantes. Sujeito singular, mas também um possível sujeito coletivo. Hoje, vemos emergir sujeitos coletivos que, igualmente, se interpõem no caminho de um mundo tão globalizado como o contemporâneo. O risco é a criação de ilhas de identificações, de tal modo que se produzam línguas que não possam falar o esperanto, perdendo-se a visão universal, com a precarização dos vínculos e a volatilização dos tratos *sem com*. Os ilhéus só reconhecem a mesmidade, engajando-se em guerras fratricidas alimentadas pelos preconceitos – como nos tempos de

Freud. Com ele, aprendemos que a condição do diferente vai instalar o lugar da alteridade, com o reconhecimento do estranho que nos afeta e que pode provocar violências – do macro aos microcampos socioambientais. Os afetos, tão narcisicamente impregnados, não permitem uma empatia das pequenas diferenças, infiltrando-se no imediatismo de nossas falas em cenas públicas ou em grupos de *WhatsApp*.

Em um mundo tão vivido por relações digitais, os vínculos são *on/off*, fáceis de romper – não comprometem o “eu total” – à diferença das relações cultivadas em investimento afetivo, que envolvem gentileza e interesse no Outro, uma escuta sensível e o cuidado de falar, pelo risco da perda da conexão valiosa. Em sua versão líquida, as identidades egoicas reagem ao encontro com os “outros” que nos habitam, dificultando o pertencimento a comunidades de diferentes.

A ética psicanalítica nos convida a resis-

tir, acolhendo as alteridades em todos os sentidos e dimensões, sabendo-se que ninguém é dono nem de si mesmo, considerando-se o estranho em nós. Transgressora, a perspectiva da Psicanálise é manter os caminhos abertos para pensar com outros, de um lugar estranho.

Viver como psicanalistas, em tempos de tantos “vírus”, tem sido um desafio cotidiano – diferentes pela busca em transitar pelo desconforto das incertezas, não indiferentes ao sofrimento de nossos pares e ímpares. Somos *todes* humanos, singulares e com elementos alteritários. Como assinala Meschonnic, em *L’obscur travail*:

“ninguém tem a frase toda,
o sentido é somente fragmentos...
Para fazer a frase é no
Outro o outro o outro”.

// Danielle Grynszpan
daniellegryn@gmail.com



Escultura em cipó e madeira de Frans Krajcberg. *Terrosa*. (1990).



André Trigueiro

Jornalista com pós-graduação em Gestão Ambiental pela COPPE/UF RJ, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC-Rio, escritor, palestrante, repórter da TV Globo, editor-chefe do “Cidades e Soluções” e comentarista do “Estúdio I” e “Em Pauta” na Globonews.

Em que ponto você está?

Longe do ponto morto, próximo do ponto de ebulição, procurando entender que um ponto de vista nada mais é que a vista a partir de um ponto.

Fale-nos da sua trajetória no Jornalismo e de como surgiu o interesse pelas questões climáticas.

No final da Ditadura, eu sabia que tinha interesse na área de Humanas, História, Geografia ou Jornalismo. Fiz vestibular para Jornalismo; era interessante nesse período de liberdade de imprensa, sendo novamente empoderada, com “Diretas Já”, e a tentativa de construir um país democrático, e o Jornalismo me pareceu bem interessante. Isso coincidiu com uma agenda internacional ligada ao meio ambiente e a cobertura da maior conferência da ONU até então,

que foi a Rio 92, que eu cobri para o Jornal do Brasil e foi uma experiência muito impactante do ponto de vista da percepção do senso de urgência para uma cultura que alcançasse todas as áreas do conhecimento indistintamente, freando uma onda de exclusão avassaladora e repaginando os conceitos de desenvolvimento, de economia sustentável e de igualdade; não é possível um “desenvolvimento insustentável” com pobreza, miséria e exclusão. Tudo isso aconteceu de uma forma muito importante a partir do Rio de Janeiro e, eu, um jornalista brasileiro do Rio de Janeiro cobrindo esse evento. Foi muito importante para mim.

O trágico desastre ambiental no Rio Grande do Sul, o despreparo estrutural das cidades, a Amazônia chegando ao ponto de não retorno, a insistência política suicida no consumo energívoro, a inação governamental e a desmentida de grande parte da população insistindo no negacionismo climático etc. Estamos assistindo ao fim do Antropoceno?

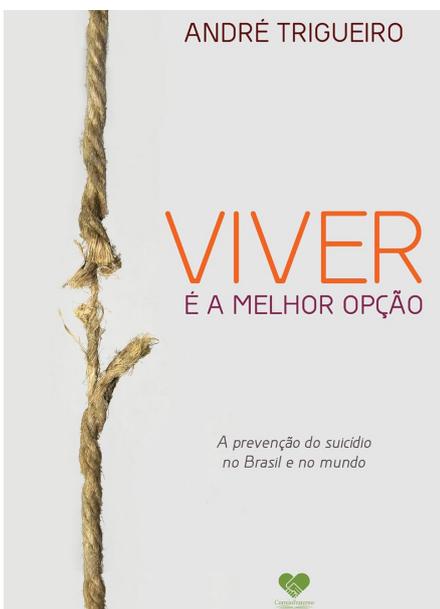
Para mim, faz muito sentido a tese de que estamos, sim, vivendo uma era marcada pela capacidade de uma única espécie, no caso a nossa, interferir nos ciclos da natureza, no sistema climático e na maneira como esse planeta responde a estímulos e altera sua rotina natural. Então, o Antropoceno seria a exata expressão de uma interferência que se volta contra nós. O planeta tem se tornado um lugar hostil a nós, por nossa culpa. Experimentamos uma crise ambiental e climática sem precedentes na história da humanidade e essa crise tem a nossa digital, nosso DNA. Ela é causada por nossos hábitos, comportamentos, estilo de vida e padrão de consumo.

Seu programa “Papo das 9” nas redes sociais

fala de vários assuntos à luz do Espiritismo. O que a doutrina espírita tem a nos dizer sobre este momento climático?

O Espiritismo fala em transição planetária, evolução do universo, de tudo que existe, inclusive os planetas. Então, na visão espírita, estamos passando por uma transformação, uma mudança de vibração do planeta. É um período notadamente de turbulências de ordem ética e moral, mas é uma transformação que já vem ocorrendo, de ordem física. Nós estamos colhendo os frutos de uma “semeadura invigilante”, de uma indiferença, insensibilidade em relação ao impacto que estamos causando na Terra. Esta me parece a melhor leitura do que a doutrina espírita diz. Portanto, a crise climática é basicamente o resultado da queima de combustíveis fósseis, carvão mineral, petróleo e gás. Penso que isso somos nós, são nossas escolhas. Estamos aqui com todas as chances de reconfigurar as decisões, os sistemas, as políticas, o planejamento estratégico das empresas, ter a noção dos riscos de uma ganância desenfreada que prioriza o individual em detrimento do coletivo, o curto prazo em detrimento do longo prazo, e isso é avassalador. Para os espíritas, a resultante da transformação por que passa o planeta neste momento seria um mundo melhor e mais justo, não um mundo perfeito. Ainda haverá dor e sofrimento num gradiente de experiências negativas e a parcela da humanidade que não se ajustasse a essa nova realidade não teria mais condições de permanecer nesta morada e haveria outras opções compatíveis e condizentes com o nível evolutivo desses irmãos que aqui não poderiam prosseguir.

Dentre seus livros publicados, um deles trata da questão do suicídio. O que você enten-



“Experimentamos uma crise ambiental e climática sem precedentes na história da humanidade e essa crise tem a nossa digital, nosso DNA.”

de pelo termo “suicídio inconsciente”?

O livro em questão chama-se “Viver é a melhor opção: a prevenção do suicídio no Brasil e no mundo”. A maioria das informações recolhidas nesse livro tem origem em relatórios da Organização Mundial de Saúde, Organização Panamericana de Saúde, Ministério da Saúde, apurações feitas por mim junto a suicidólogos, psicólogos, psiquiatras envolvidos nessa área da prevenção do suicídio. No capítulo final, onde é enfocada mais explicitamente a visão espírita dessa questão, aborda-se num dado momento um termo que é referencial para nós, espíritas, chamado suicídio indireto e não suicídio inconsciente, que seria toda a energia, todas as posições, todas as escolhas que se faz no sentido de sabotar o fluído vital, que seria essa energia que nos mantém vivos, acoplados ao corpo, precipitando o retorno à pátria espiritual. Para nós, espíritas, a vida tem um propósito; não estamos aqui por acaso, não existe sorte e azar, a vida na Terra não é um acidente de percurso; existe um planejamento prévio que antecede a nossa vinda ao planeta ou porque somos reencarnacionistas, um regresso a esse plano. Logo, quando se desperdiça energia, de forma descuidada, em situações da vida que vão sabotando a nossa saúde, a nossa resiliência, nossa longevidade; quando você, por exemplo, persiste na boemia, trocando o dia pela noite, a natureza se ressent, a maioria de nós não reage bem a isso; o sono é fundamental. Ou quando você percebe que é descuidado em relação aos excessos na área da alimentação, na maneira como se esvai no consumo de drogas lícitas ou ilícitas, com prejuízos importantes para seu metabolismo, para sua saúde. São situações em que nós vamos desperdiçando uma energia que vai fazer falta. Isso não seria algo do ponto de vista do espírito

imortal, da nossa essência, daquilo que resiste à morte do corpo, algo positivo. Portanto, o suicídio indireto é essa maneira de se passar pela existência sabotando o equipamento físico, precipitando o retorno à pátria espiritual e não realizando aqui o que foi programado para ser feito em nosso benefício.

Em que dimensão Espiritismo e Psicanálise podem dialogar?

É importante dizer que, do ponto de vista espírita, o que se convencionou chamar de medicina espiritual não rivaliza nem é antagonista da medicina da terra ou de qualquer linha terapêutica de qualquer natureza. O Espiritismo dialoga muito bem com a Ciência. Inclusive há uma frase interessante, na verdade um escrito do responsável pela codificação da doutrina, pedagogo importante e famoso da segunda metade do século XIX, na França, Hippolyte Léon Denizard Rivail, discípulo de Pestalozzi, que adotou o pseudônimo de Allan Kardec quando resolveu pesquisar fenômenos e tentar construir um canal de comunicação com o plano espiritual aferindo credibilidade a isso e, resumindo, uma doutrina, que é a “doutrina dos espíritos”. Em suas palavras: “A verdadeira fé é aquela que encara a razão frente a frente em todas as fazes da humanidade”. Essa frase sugere que se em algum momento a Ciência desmentir algo que o Espiritismo afirmava como premissa importante, a recomendação é que se abandone a premissa e se siga a Ciência; inclusive Kardec pertenceu a várias sociedades científicas da França naquele período. Então, temos uma clara abertura para que qualquer possibilidade de promover a saúde física, mental, emocional e espiritual seja bem-vinda e o Espiritismo é coadjuvante. Está ali para colaborar e não atrapalhar.

Há uma curiosidade por aí. Muitos médiuns no Brasil foram condenados a apodrecer em hospícios e manicômios sob o pretexto de estarem loucos: “esse aí diz que está vendo gente, escutando pessoas”. Eventualmente, é possível que se trate de algum transtorno, alguma patologia de ordem mental, mas nem sempre. O médium mais conhecido e importante no Brasil, Francisco Cândido Xavier, foi orientado por sua mãe, que já havia feito a passagem, desencarnado, a fingir que não estava conversando com ela. Ele contou essa passagem quando já havia reconhecido o fenômeno mediúnicos e aprendido a lidar com ele. Sua mãe estava preocupada com a possibilidade de uma internação compulsória, prática da época. Os manicômios estavam lotados de pessoas que, não obstante a perturbação, não sabiam o que estava acontecendo. O Brasil era um país predominantemente católico. As pessoas não tinham contato com o nível espiritual estigmatizado como Objeto Tabu, o que resultou em tragédias. A Psicanálise, Psiquiatria, Psicologia são, quando aplicadas com ética, correção e profissionalismo, importantíssimas rotas de produção da saúde, autoestima e autoconfiança que precisamos ter para construirmos a autonomia relativa que seja e tocarmos a vida.

// Sandra Gonzaga e Silva
gonzaga.sagon@gmail.com





RACISMO E ANTISSEMITISMO

As trajetórias de Stefan Zweig, André Rebouças e Joseph May

O interesse pela relação e convívio com o outro diferente tem se expandido na contemporaneidade. Apesar disso, duas nódoas afetam, ainda hoje, a coexistência: o antissemitismo milenar de perseguições, expulsões e massacres, assim como o racismo secular enfrentado pela população negra, conseqüente ao tráfico de escravos.

Neste livro, originalmente de 1989 e publicado aqui em 2023, o historiador inglês Leo Spitzer expõe as histórias de três sujeitos vistos como o outro diferente vindos de comunidades excluídas. Por meio das suas buscas de espaço no tecido sociocultural homogêneo, das suas conquistas e desventuras, traça um panorama surpreendentemente atual sobre aspectos identitários e processos de assimilação.

Joseph May, originalmente Ifacaié, um menino iorubá de 10 anos usado como moeda de troca em uma rixa local, é enviado a um navio negreiro. Este é interceptado pela marinha britânica e o menino é encaminhado para um reformatório em Serra Leoa, à época colônia inglesa, cujo objetivo era “civilizar” os que foram liberados da escravidão. Ifacaié torna-se Joseph May, se encanta com o que lhe é oferecido e se envolve ao máximo na proposta. Vai a Londres para estudos e retorna como pastor protestante e missionário. Spitzer aponta que a assimilação se constituiu pela evangelização.

Stefan Zweig veio de uma família que, em parte, se beneficiara do decreto dos Habsburgos que emancipou os judeus no império austro-húngaro. A partir daí, saíram dos guetos e das atividades profissionais restritas às quais a comunidade judaica estava limitada. Para nós, psicanalistas, é um momento histó-

rico importante, porque possibilitou a Freud estudar Medicina e ser professor universitário. Aqui, a assimilação se deu pelo afastamento das práticas religiosas tradicionais e uma europeização cultural. Zweig orgulhava-se da fama que alcançara como escritor apreciado por um público mais “ilustrado” nessa nova subjetividade

André Rebouças pertenceu à terceira geração de um processo não incomum nos anos 1800. Devido à pouca presença de mulheres brancas no Brasil, homens solitários casavam-se com escravas libertas. Esse era um meio dos homens abrirem algum caminho para ascensão social por constituírem família. Para as mulheres ex-escravas, negras ou pardas, uma forma de também se assimilarem. Spitzer aponta o processo de assimilação no Brasil imperial como branqueamento para que as gerações se tornassem cada vez mais brancas por meio de relações conjugais. A prole da qual saiu Rebouças foi bem-sucedida sob o aspecto de romper a barreira social. Ele foi um advogado conceituado e conselheiro de ministros.

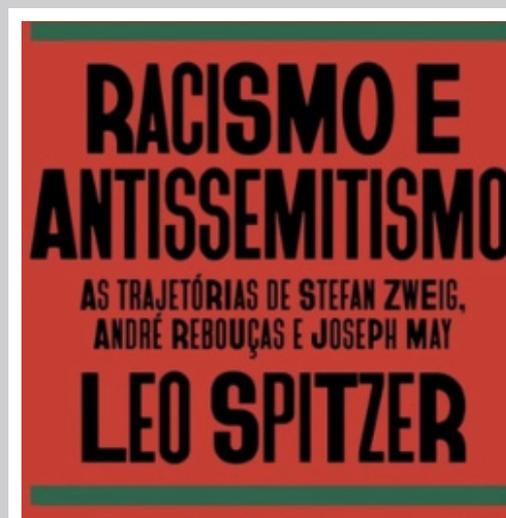
As três trajetórias alcançaram um padrão diferenciado de reconhecimento em relação a muitos oriundos dos mesmos meios. No entanto, Spitzer mostra detalhadamente as contradições objetivas e subjetivas que se apresentaram nas histórias dos três sujeitos para quem, mesmo em contextos e tempos diversos, não lhes eram esquecidos os marcos indelévels das suas origens como o “outro diferente excluído”. Descreve com emoção o sofrimento que isso lhes causou até os seus finais trágicos. May foi encontrado morto em uma praia defronte a um penhasco com um precipício abaixo do seu cimo. Zweig e sua mulher Lotte suicidaram-se em Petrópolis. André Re-

bouças deixou-se morrer.

O livro de Spitzer, em que pese os trinta e poucos anos da sua escrita, aborda questões pertinentes ao debate identitário atual como o que temos na SBPRJ por conta do Projeto Social-Racial. Chama atenção as inúmeras referências dos anos 70 de pesquisadores estrangeiros sobre a situação do negro no país com aportes que encontramos nas publicações de hoje. Ninguém lia esses textos nas universidades? Ou era uma temática invisível?

O importante é que o debate não se perca nas prateleiras das bibliotecas. O racismo permanece e o antissemitismo retornou forte das profundezas onde se encontrava silente.

// Bernard Miodownik
betchkov@uol.com.br



Autor: Leo Spitzer / Tradução: Vera Ribeiro.
399 pág. Editora: Zahar.